

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2006 E 2005**

Em Milhares de Reais

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A BANESTES Seguros S/A, controlada pelo BANESTES S/A. - Banco do Estado do Espírito Santo, está autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar em seguros de ramos pessoas e danos em todas as regiões do País.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e estão sendo apresentadas segundo critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 314/05, a qual introduziu diversas modificações na classificação das contas do balanço patrimonial e na demonstração do resultado e na forma de apresentação da demonstração das origens e aplicações de recursos. Em decorrência, as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2005, anteriormente publicadas, foram reclassificadas com o objetivo de propiciar melhores condições de comparabilidade.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

- a) **Ativos e passivos circulantes** - Os ativos são demonstrados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos auferidos e a provisão para perdas quando aplicável. Os passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.
- b) **Estimativas contábeis** - As demonstrações contábeis com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil permite que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas, incluem as provisões técnicas, o valor de realização dos ativos, as provisões para contingências, dentre outros. A Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente. Entretanto, alguns valores efetivos dessas operações poderão divergir dos valores estimados, em face da subjetividade inerente ao processo de sua apuração.
- c) **Aplicações** - Os títulos e valores mobiliários são reconhecidos contabilmente de acordo com os critérios para registro e avaliação determinados pela CNSP e pela SUSEP. Os títulos e valores mobiliários são classificados, de acordo com a intenção de negociação pela administração em mantê-los até o seu vencimento ou negociá-los antes dessa data. Os títulos classificados na categoria "mantidos até o vencimento" são valorizados pelo valor investido acrescido dos rendimentos incorridos até a data das demonstrações financeiras. Os títulos sujeitos à negociação antes de seu vencimento têm o seu valor contábil ajustado ao valor de mercado, sendo que os ajustes ao valor de mercado são contabilizados em contrapartida à conta de receita ou despesa no resultado do exercício (títulos classificados como "para negociação") ou em conta específica do patrimônio líquido (títulos classificados como "disponíveis para venda"), líquidos dos efeitos tributários. Os títulos integrantes da categoria "mantidos até o vencimento" e "disponíveis para venda" são apresentados no ativo circulante e realizável a longo prazo de acordo com seu vencimento.
- d) **Provisão para riscos de créditos** - É constituída em montante julgado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de créditos e prêmios vencidos, independentemente de iniciados os procedimentos judiciais para o seu recebimento.
- e) **Operações de Seguro de ramos elementares e vida em grupo** - Os prêmios de seguro, cosseguro aceito, prêmios cedidos e os respectivos custos de comercialização são registrados quando da emissão das apólices e reconhecidos no resultado segundo o transcorrer da vigência de risco, através da constituição das provisões de prêmios não ganhos e do diferimento das despesas de comercialização.
- f) **Permanente** - A participação societária no IRB está apresentada pelo valor de custo. O imobilizado e os imóveis destinados à renda estão demonstrados ao custo corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, sendo reavaliados em abril de 2004 e depreciados pelo método linear, às seguintes taxas anuais: 4% para edificações; 10% para móveis e utensílios; e 20% para veículos e equipamentos de processamento de dados. O diferido é representado por despesas que beneficiarão mais de um exercício e é amortizado em até 5 anos.
- g) **Provisões técnicas**
 - A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Emitidos - PPNG - Riscos Vigentes e já Emitidos deve ser constituída para a cobertura dos sinistros a ocorrer, considerando indenizações de despesas relacionadas, ao longo dos prazos a decorrer referentes aos riscos vigentes na data da base de cálculo. O cálculo da PPNG deve apurar a parcela de prêmios não ganhos relativa ao período de cobertura do risco, em cada ramo, por meio de cálculos individuais por apólice ou endosso representativos de todos os contratos de seguro em vigor no mês de sua constituição. Conforme disposto na Circular SUSEP Nº 314, de 28 de dezembro de 2005, a Provisão de Prêmios Não Ganhos - PPNG - Riscos Vigentes e

Não Emitidos que em 2005 era lançada em conta de compensação, passou a transitar por conta de resultado a partir de janeiro de 2006. As Provisões são calculadas com base em Nota Técnica Atuarial. (Resolução CNSP Nº 120/04).

- A Provisão de Insuficiência de Prêmios (PIP) é feita com base na Resolução CNSP Nº 120/04, mediante Nota Técnica Atuarial, fundamentada em método prospectivo e deve ser constituída se for constatada insuficiência do saldo da Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) para a cobertura dos sinistros a ocorrer, considerando indenizações e despesas relacionadas, ao longo dos prazos a decorrer referentes aos riscos vigentes na data da base de cálculo.
- A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) deve ser constituída para a cobertura dos valores a pagar por sinistros avisados até a base de cálculo, considerando indenizações e despesas relacionadas, de acordo com a responsabilidade retida pela sociedade seguradora. (Resolução CNSP Nº 120/04). Para determinação do valor provisionado dos sinistros em discussão judicial, os peritos reguladores e assessores jurídicos efetuam as avaliações com base na importância segurada e nas regulações técnicas, levando-se em conta a probabilidade de resultado desfavorável para a Seguradora.
- A Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR) deve ser constituída para a cobertura dos sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data base de cálculos, considerando indenizações e despesas relacionadas, de acordo com a responsabilidade retida pela sociedade seguradora. (Resolução CNSP Nº 120/04).
- A Companhia também provisiona sinistros ocorridos e não avisados para o DPVAT, com base no informe da FENASEG.

h) Depósitos de Terceiros – Compreendem os prêmios recebidos a baixar.

i) Resultado das operações – Apurado pelo regime de competência e considera:

- A apropriação dos prêmios de seguros e comissões ao resultado, deduzidos dos cancelamentos, restituições e cessões em cosseguros e resseguros, é efetuada de acordo com o prazo de vigência das apólices.
- Os juros cobrados em virtude do parcelamento de prêmios de seguros estão diferidos para apropriação no mesmo prazo do parcelamento dos correspondentes prêmios de seguros.
- O resultado de retrocessões decorrentes de prêmios, comissões, indenizações, provisões técnicas e outras receitas e despesas é apropriado mensalmente com base nos valores informados pelo IRB - Brasil Resseguros S.A..

j) Imposto de Renda, Contribuição Social, COFINS, PIS e CPMF – Calculados às alíquotas abaixo demonstradas, consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo:

Imposto de Renda	15,00%
Adicional de Imposto de Renda	10,00%
Contribuição Social.	9,00%
PIS	0,65%
COFINS	4,00%
ISS	até 5,00%
CPMF	0,38%

4. COMPOSIÇÃO DOS TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Apresentamos a seguir a composição da carteira por tipo de papel e vencimento:

Títulos disponíveis para venda:	Vencimento	Valor de Custo		Valor Mercado		Ajustes c/ Títulos e Valores Mobiliário	
		2006	2005	2006	2005	2006	2005
CDB'S	2006	-	27.173	-	27.173	-	-
CDB'S	2007	37.266	-	37.266	-	-	-
Debêntures	2007	1.530	-	1.530	-	-	-
Letras Financeiras Tesouro- LFT	2006	-	24.664	-	24.668	-	4
Letras Financeiras Tesouro- LFT	2007	4.755	2.265	4.758	2.267	3	2
Letras Financeiras Tesouro- LFT	2008	2.868	-	2.873	-	5	-
Letras Financeiras Tesouro- LFT	2009	1.158	-	1.161	-	3	-
Letras Financeiras Tesouro- LFT	2010	3.532	3.063	3.554	3.065	22	2
Letras Financeiras Tesouro- LFT	2011	6.812	-	6.812	-	-	-
Fundos de Investimentos	Indeterminado	19.946	8.670	19.946	8.670	-	-
Títulos mantidos até o vencimento:							
Letras Financeiras Tesouro- LFT	2006	-	5.803	-	5.803	-	-
Total		77.867	71.638	77.900	71.646	33	8

5. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital social realizado está representado por 14.428.886.128 (14.031.155.225 em circulação) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, sendo o BANESTES S/A - Banco do Estado do Espírito Santo, detentor de 99,69996% das ações em circulação.

b) Composição das Reservas de Capital, de Reavaliação e de Lucros:

	2006	2005
Reservas de Capital	-	685
Incentivos Fiscais	-	183
Correção Monetária Lei 8.200/91	-	502
Reservas de Reavaliação	284	501
Imóveis Próprios	284	501
Reservas de Lucros	11.439	7.744
Legal (1)	574	2.008
Estatutária (2)	10.865	5.736

- 1) A reserva legal corresponde ao destaque de 5% do lucro líquido antes de qualquer destinação, não excedendo a 20% do capital social.
- 2) A reserva estatutária foi constituída com base no lucro líquido, após a apropriação para reserva legal e dividendos, até o limite de 50% do capital social, e tem como destinação final o aumento do capital social.

6. AÇÕES EM TESOURARIA

As ações em tesouraria referem-se substancialmente à ações adquiridas do acionista minoritário - Banestes Clube de Seguros, que nos termos da Lei nº 6.404/76, exerceu o direito de se retirar da sociedade, tendo em vista as deliberações da extinção do BANESTES Clube de Seguros no exercício de 2005, e a BANESTES Seguros, mediante aprovação em Reunião de Diretoria - RD realizada em 26/01/2006, comprou, em janeiro de 2006 as 397.730.903 (trezentos e noventa e sete milhões, setecentos e trinta mil e novecentos e três) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, que o BANESTES Clube de Seguros detinha na BANESTES Seguros, pelo valor patrimonial, com base no Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2005, correspondendo ao preço R\$ 0,00272826043 por ação e R\$ 2,72826043 por lote de 1.000 ações, importando em R\$ 1.085.277,18 (um milhão, oitenta e cinco mil, duzentos e setenta e sete reais e dezoito centavos), cujos recursos utilizados para aquisição dessas ações estavam lastreados pela Reserva Estatutária da Sociedade.

7. DEMONSTRATIVO DO CÁLCULO DOS DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

a) Dividendos

O estatuto social confere direitos a dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido ajustado do exercício social, nos termos do artigo nº 202 da Lei 6.404/1976. Conforme faculta a Lei nº 9.249/1995 a Sociedade optou pela distribuição de juros sobre o capital próprio, que foi imputado aos dividendos mínimos obrigatórios e estão demonstrados a seguir:

	2006	2005
Lucro líquido do exercício	11.472	9.183
Reserva legal	(574)	(459)
Reservas de reavaliação transferidas para lucros acumulados	217	128
Base de cálculo de dividendos	11.115	8.852
Dividendo mínimo – 25%	2.779	2.213
Juros sobre o capital próprio imputados aos dividendos	3.023	3.135
Imposto de renda retido na fonte de juros sobre o capital próprio	(453)	(470)
Dividendos intermediário	227	-
Total de juros sobre o capital próprio e dividendos	2.797	2.665

b) Juros sobre o Capital Próprio

Contabilizados no exercício de 2006 no montante de R\$ 3.023 mil (3.135 mil em 2005), com retenção de 15% no valor de R\$ 453 mil (R\$ 470 mil em 2005), exceto para os acionistas pessoas jurídicas imunes ou isentos, que líquidos do imposto de renda na fonte perfazem o montante de R\$ 2.570 mil (R\$ 2.665 mil em 2005), foram calculados com base na remuneração da taxa de juros de longo prazo (TJLP), conforme artigo 9º, da Lei nº 9.249/1995.

Demonstrativo de juros sobre capital próprio e dividendos intermediário referentes ao exercício de 2006:

Descrição	Data Crédito/ Destinação	Valor Bruto por Ação	Valor Bruto	Data Pagamento
Juros sobre o Capital Próprio	31/01/2006	0,00002045	287	01/06/2006
Juros sobre o Capital Próprio	24/02/2006	0,00002053	288	01/06/2006
Juros sobre o Capital Próprio	31/03/2006	0,00002053	288	01/06/2006
Juros sobre o Capital Próprio	28/04/2006	0,00001860	261	01/06/2006
Juros sobre o Capital Próprio	31/05/2006	0,00001860	261	03/07/2006
Juros sobre o Capital Próprio	30/06/2006	0,00001860	261	01/08/2006
Dividendos	31/07/2006	0,00001618	227	07/08/2006
Juros sobre o Capital Próprio	31/07/2006	0,00001689	237	01/09/2006
Juros sobre o Capital Próprio	31/08/2006	0,00001689	237	02/10/2006
Juros sobre o Capital Próprio	29/09/2006	0,00001689	237	01/11/2006
Juros sobre o Capital Próprio	31/10/2006	0,00001604	225	01/12/2006
Juros sobre o Capital Próprio	30/11/2006	0,00001532	215	02/01/2007
Juros sobre o Capital Próprio	29/12/2006	0,00001611	226	01/02/2007
Total			3.250	

8. SALDOS E TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e 2005, foram efetuadas transações com a Controladora em valores, prazos e condições usuais, podendo assim serem resumidas:

	Ativo (Passivo)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)	Receita (Despesa)
	2006	2005	2006	2005
Aplicações financeiras e depósitos	13.043	33.075	-	-
Contas a pagar – gestão financeira	626	650	-	-
Receitas financeiras e de aluguel	-	-	3.406	6.277
Despesas com cooperação técnica	-	-	(3.843)	(3.687)
Juros sobre o capital próprio e dividendos	2.957	2.584	(2.979)	(3.039)
Cessão de Pessoal pelo Controlador	-	-	(705)	(964)

9. DETALHAMENTO DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	2006	2005
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS	(4.561)	(4.911)
Outras Receitas Operacionais	4.697	4.643
Recuperação de custos com emissão de apólices	2.952	3.151
Receitas com operações de seguros	1.745	1.492
Outras despesas operacionais	(9.258)	(9.554)
Despesas com cobrança	(1.046)	(901)
Despesas com inspeção de riscos	(1.483)	(2.788)
Despesas com cooperação técnica	(3.843)	(3.687)
Despesas com operações de seguros	(2.886)	(2.178)

	2006	2005
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(11.383)	(11.698)
Despesas com pessoal próprio	(6.103)	(6.353)
Despesas com serviços de terceiros	(2.713)	(2.396)
Despesas com localização e funcionamento	(2.228)	(2.515)
Outras despesas administrativas	(339)	(434)
DESPESAS COM TRIBUTOS	(2.892)	(2.677)
Despesas com COFINS	(2.304)	(2.208)
Despesas com PIS	(374)	(359)
Despesas com Taxa de Fiscalização da SUSEP	(168)	(97)
Outros tributos	(46)	(13)
RESULTADO FINANCEIRO	12.222	13.219
Receitas financeiras	14.594	14.664
Receitas com títulos de renda fixa – privados	4.719	4.395
Receitas com títulos de renda fixa – públicos	4.796	5.871
Receitas com fundos de investimentos	1.538	1.978
Receitas com operações de seguros	1.995	1.729
Receitas com créditos tributários e depósitos judiciais	876	243
Outras receitas financeiras	670	448
Despesas financeiras	(2.372)	(1.445)
Despesas com operações de seguros	(1.526)	(647)
Despesas financeiras com tributos	(760)	(784)
Outras despesas financeiras	(86)	(14)

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2006		2005	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Resultado antes da tributação e participações	16.346	16.346	12.551	12.551
Participações estatutárias no lucro (PLR)	(470)	(470)	(482)	(482)
(-) Juros sobre o capital próprio distribuídos	(3.023)	(3.023)	(3.135)	(3.135)
Base de cálculo	12.853	12.853	8.934	8.934
Adições/(exclusões) de caráter permanente	323	336	213	226
Adições/(exclusões) de caráter temporário	296	296	185	186
Lucro tributável antes das compensações	13.472	13.485	9.332	9.346
Compens. prej. fiscais e base negativa (30%)	-	-	(607)	(601)
Base de cálculo após compensações	13.472	13.485	8.725	8.745
Alíquota normal (15% e 9% respectivamente)	2.021	1.214	1.309	787
Adicional de Imposto de Renda (10%)	1.323	-	848	-
Valores devidos	3.344	1.214	2.157	787
Outros valores	(111)	(43)	(55)	(3)
Valores registrados em despesa	3.233	1.171	2.102	784

11. CONTINGÊNCIAS FISCAIS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

As contingências ativas e passivas são constituídas mediante avaliação das probabilidades de perda efetuada pela assessoria jurídica da Sociedade. Eventuais contingências ativas não são reconhecidas, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização. As contingências passivas são provisionadas quando a probabilidade de perda é avaliada como provável ou possível e seja mensurável, conforme critérios estabelecidos no pronunciamento NPC nº 22 do IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. Os valores referentes aos principais processos judiciais são compostos como se seguem:

11.1. Composição do Saldo Contábil:

	Contingências fiscais, trabalhistas e cíveis	
	2006	2005
Ações Fiscais - PIS (I)	2.179	2.077
Ações Fiscais - INSS (II)	226	198
Ações Fiscais - INSS (III)	148	130
Ações Fiscais - INSS (IV)	9	3
Ações Trabalhistas (V)	219	77
Subtotal	2.781	2.485
Ações Cíveis (VI) (*)	4.974	3.441
Total	7.755	5.926

(*) Contingência Cível registrada na rubrica Provisão de Sinistros a Liquidar.

11.2. Movimentação do Saldo Contábil:

	Contingências fiscais e trabalhistas	
	2006	2005
Saldo Inicial	2.485	2.206
Constituição	149	172
Atualização	147	132
Pagamentos/reversões	-	(25)
Saldo Final	2.781	2.485

11.3. Natureza das Contingências:

A companhia mantém provisão para contingências sob as seguintes rubricas: Contingências Fiscais – na razão de 100%; Contingências Trabalhistas – de acordo com a estimativa de perda; Contingências Cíveis – limitado à Importância Segurada.

11.4. Detalhamento dos Processos por Natureza de Risco de Perda:

	Fiscais		
	Quantidade	Valor estimado	Valor contabilizado
Possíveis	02	157	157
Remotas	02	2.405	2.405
	04	2.562	2.562
	Trabalhistas		
	Quantidade	Valor estimado	Valor contabilizado
Prováveis	02	26	26
Possíveis	14	386	193
Remotas	20	9	-
	36	421	219

	Trabalhistas		
	Quantidade	Valor estimado	Valor contabilizado
Prováveis	09	207	207
Possíveis	17	598	399
Remotas	318	5.241	4.368
	344	6.046	4.974

A avaliação das chances das ações ajuizadas pela companhia é realizada exclusivamente pelos advogados das causas, que utilizam o exame da jurisprudência (judicial ou administrativa) para fins de classificação.

11.5. Detalhamento do Evento Contingente: Contingências Fiscais - (I) Programa de Integração Social – PIS - Com fundamento em sentença favorável em 1ª Instância, proferida em maio de 1998, em ação judicial onde foi questionado o critério de apuração da base de cálculo do Programa de Integração Social (PIS), pleiteando o recolhimento pela Lei Complementar nº 07/70, a Sociedade compensou o respectivo tributo em 2002, relativamente ao período de janeiro de 1989 a janeiro de 1995. Os valores do principal, atualizados monetariamente até a data destas demonstrações contábeis, totalizaram R\$ 2.179 mil (2.077 mil em 2005) e foram mantidos em conta de provisão para contingências fiscais no passivo exigível a longo prazo, em contrapartida ao crédito tributário de igual valor registrado no ativo realizável a longo prazo; **(II)** INSS - A Companhia ajuizou ação ordinária, tendo obtido liminar com depósito judicial de R\$ 226 mil (R\$ 198 mil em 2005), objetivando que sejam reconhecidos seus respectivos créditos, oriundos das parcelas indevidamente recolhidas a título de contribuição previdenciária instituída pelo inciso I, artigo 3º, da Lei nº 7.787/89, incidentes sobre valores pagos ou creditados a autônomos e administradores; **(III)** INSS – Refere-se a honorários advocatícios de êxito referente a defesa da atuação do INSS de cobrança de encargos de segurado-empregado de profissionais contratados para prestação de serviços, encargos sobre cursos de pós-graduação e abono único, com depósito judicial em dezembro de 2006 no valor de R\$ 3.285 mil (R\$ 2.842 mil em 2005). Estas ações encontram-se em análise pelos escritórios terceirizados para que seja concluído o parecer sobre o valor a provisionar, tendo em vista que possíveis valores já foram recolhidos pelas empresas terceirizadas, além de outras teses de ordem tributárias inseridas na defesa; **(IV)** INSS – Refere-se a ação de contribuição patronal para o INSS da participação do INCRA; **Contingências Trabalhistas - (V)** Trabalhistas – Referem-se a diversas ações trabalhistas movidas contra a Companhia com depósitos judiciais de R\$ 53 mil (R\$ 53 mil em 2005); **Contingências Cíveis – (VI)** Cíveis – Referem-se a estimativa global de perdas com ações relacionadas a sinistros decorrentes do curso normal das operações e para essas ações foram registrados depósitos judiciais de R\$ 776 mil (R\$ 718 mil em 2005).

12. DEPÓSITO JUDICIAL FISCAL

A Sociedade com base em Medida Cautelar de Depósito, mantém registrado em dezembro de 2006 o valor de R\$ 1.959 mil (R\$ 1.723 mil em 2005) referente a compensação do finsocial com a cofins feita em 1999, proveniente de valores do finsocial, recolhidos com alíquota majorada de 0,5% até 2%, com base em decisão judicial favorável e considerando-se o atual estágio do processo judicial, bem como a opinião dos consultores jurídicos a respeito da probabilidade de êxito, a seguradora não constituiu provisão para esta contingência.

13. GARANTIA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

Para a garantia das Provisões Técnicas, a Companhia manteve os seguintes ativos:

	2006	2005
Provisões Técnicas	(53.025)	(49.783)
Provisões Técnicas	(52.168)	(53.644)
Direitos Creditórios	7.496	7.822
Depósitos Judiciais	775	718
Provisões Técnicas para garantia	(43.897)	(45.104)
Títulos de Renda Fixa - Privados	38.797	35.843
Títulos de Renda Fixa - Públicos	19.157	24.099
Fundos de Investimentos	19.946	11.704
Imóveis	3.408	4.448
Total de Ativos	81.308	76.094

14. PRÊMIOS, SINISTROS E COMISSÕES DOS PRINCIPAIS RAMOS DE ATUAÇÃO

Grupos de Ramos	Prêmios Ganhos - PG		Sinistros Retidos / PG (%)		Comercialização / PG (%)	
	31.12.2006	31.12.2005	31.12.2006	31.12.2005	31.12.2006	31.12.2005
Automóvel	62.384	53.980	67,80	70,10	13,61	14,98
Pessoas (1)	27.444	24.928	44,80	46,48	17,26	14,26
Patrimonial (2)	1.477	1.335	57,35	68,91	27,96	32,21
Demais Ramos	91	71	-	-	-	-
Total	91.396	80.314	60,73	62,60	14,92	15,04

(1) Pessoas inclui Vida em Grupo e Acidentes Pessoais; (2) Patrimonial inclui Incêndio, Compreensivo Residencial, Condomínio e Empresarial, Riscos de Engenharia e Riscos Diversos.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO E MARGEM DE SOLVÊNCIA

Ano	2006		Prêmio Retido 2005		Ano	2006		Sinistro Retido 2005	
	Meses	Valor	Meses	Valor		Meses	Valor	Meses	Valor
2003	-	-	-	-	2003	-	-	12	35.248
2004	-	-	-	-	2004	12	42.141	12	43.983
2005	-	-	12	82.895	2005	12	50.279	12	50.279
2006	12	92.434	-	-	2006	12	55.503	-	-
Total	12	92.434	12	82.895	Total	36	147.923	36	129.510
Doze meses		92.434		82.895	Média dos três anos		49.308		43.170
Base p/ Margem 20%		18.487		16.579	Base p/ Margem 33%		16.272		14.246

	2006	2005
Patrimônio Líquido	46.534	39.372
(-) Despesas Antecipadas	7	5
(-) Créditos Tributários	-	-
(-) Ativo Diferido	89	171
Patrimônio Líquido Ajustado	46.438	39.196
Margem de Solvência		
(A) 20% do Prêmio Retido (Média dos últimos 12 meses)	18.487	16.579
(B) 33% do Sinistro Retido (Média dos últimos 36 meses)	16.272	14.246
Patrimônio Líquido Ajustado	46.438	39.196
(-) Margem de solvência (valor de A ou B = o maior)	18.487	16.579
Suficiência	27.951	22.617

16. PROVISÕES TÉCNICAS E DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO DIFERIDAS

	2006	2005
Provisão de Prêmios não Ganhos – PPNG-RVE (*)	24.023	24.358
Auto	22.185	22.843
Pessoas	904	788
Outros	934	727
Provisão de Prêmios não Ganhos – PPNG-RVNE (*)	1.878	1.891
Auto	1.523	1.584
Pessoas	206	200
Outros	149	107

Provisão de Insuficiência de Prêmios (*)	1.719	2.224
Auto	1.027	1.467
Pessoas	604	704
Outros	88	53
Sinistros a Liquidar (*)	12.634	13.355
Auto	7.749	8.115
Pessoas	4.288	4.447
Outros	597	793
Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados (*)	11.914	11.816
Auto	425	654
DPVAT	8.808	8.090
Pessoas	2.463	2.841
Outros	218	231
Despesas de Comercialização Diferidas	5.050	4.461
Auto	4.415	3.962
Pessoas	316	261
Outros	319	238

(*) Conforme notas explicativas 3.f) Provisões Técnicas.

17. FATO RELEVANTE

Foi aprovada pelo Conselho de Administração do Acionista Controlador – BANESTES S/A – Banco do Estado do Espírito Santo em 18/05/2006 nova sistemática para pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos a partir do exercício de 2006, conforme discriminação abaixo:

- Os pagamentos de juros sobre o capital próprio serão mensais e efetuados no primeiro dia útil do 2º mês subsequente a data base do fechamento dos balancetes mensais, beneficiando os acionistas que se encontram escritos nos registros da companhia no último dia útil da data do fechamento dos balancetes mensais;
- Foi aprovada a antecipação do pagamento de dividendos semestrais, sendo que os dividendos do 1º semestre serão pagos a título de dividendos intermediários, deduzidos de juros sobre o capital próprio, sem retenção de imposto de renda, conforme artigo 10 da Lei nº 9.249/1995.

A BANESTES Seguros acompanhando o acionista controlador adotou a mesma sistemática de distribuição de juros sobre o capital próprio e dividendos.

Vitória(ES), 31 de dezembro de 2006

Paulo Ricardo Torres Meinicke
Diretor Presidente

Paulo Cezar Juffo
Diretor de Adm. e Finanças

Fernando Rodrigues Azevedo
Diretor de Operações

João Derly G. Barbarioli
Contador – CRC – ES 2.640

Severino Garcia Ramos
Atuário – Miba nº 357